

Caras leitoras e caros leitores,

É com prazer que apresentamos o volume 4, número 2 da Revista de História da Universidade Federal da Bahia. Depois de um ano difícil, voltamos à nossa periodicidade normal, e iniciamos uma nova fase do processo de institucionalização. Para o ano que vem, novidades importantes no forno. Nesta edição, um passeio pelo Brasil, desde a época colonial, mas com especial atenção aos dois últimos séculos, além de incursões teóricas sobre categorias muito frequentados nos estudos historiográficos.

As modalidades de ocupação territorial no Brasil Colonial marcam presença nos dois artigos que abrem o presente volume. Ane Luíse Silva Mecnas Santos investiga o processo de ocupação do Sergipe do século XVI, explorando as dissensões entre colonos e jesuítas nas questões relativas ao tratamento concedido aos indígenas da capitania. Roberto da Silva Ribeiro examina a estrutura discursiva das datas de sesmarias e suas transformações ao longo do tempo, desde que são lavradas pela primeira vez na Paraíba, na segunda metade do século XVI, até os princípios do século XIX, quando o gênero perde sua razão de existência.

O século XIX, aliás, é tema de dois artigos aqui presentes. João Paulo Peixoto Costa analisa as múltiplas formas, violentas ou “aparentemente protetoras”, do tratamento dado aos indígenas, em especial aquelas postas em prática na política indigenista do governador da capitania do Ceará entre 1812 e 1820, Manuel Ignácio de Sampaio. Napoliana Pereira Santana, por sua vez, assina um artigo em que investiga os efeitos das partilhas de herança e dos fluxos do tráfico interprovincial na estabilidade das relações familiares de escravos do alto sertão da Bahia, na segunda metade do século XIX.

As primeiras décadas da República estão representadas, neste número, por dois artigos com características e propósitos distintos.

Preocupada com o cotidiano dos miseráveis na São Paulo da Primeira República, Mariana Martins Nunes analisa o espaço, sempre moveído, ocupado pelos “desclassificados” em jornais publicados entre 1889 e 1930, revelando assim a face excludente e institucionalmente violenta de nossa *Belle Époque*. Ana Luiza Rios Martins, analisando práticas musicais em Fortaleza no mesmo período, também parte do influxo de ideias e projetos civilizacionais experimentado na Primeira República, mas centra sua atenção na análise das dinâmicas estabelecidas entre os gêneros musicais importados e as manifestações populares que acompanhavam os retirantes da seca em sua migração para a capital cearense, à luz das teorias de circularidade cultural.

Nesta edição, também abrimos espaço para reflexões de caráter mais teórico: Márcia Regina Castro Barroso discute a natureza destes conceitos, tal como formulados por Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Benedict Anderson, e sua operacionalização, sobretudo no que tange à capacidade que eles têm de criar condições para o surgimento de ações sociais ancoradas em sentimentos de afinidade e exclusão; já Scyla Pimenta parte das formulações de Merleau-Ponty sobre a corporeidade para analisar a relação entre as vontades e as liberdades de modificações corporais fomentadas pelos padrões e acepções de beleza de nosso tempo.

Uma entrevista com Luiz Mott, em que são abordados os estudos sobre Inquisição e as relações entre pesquisa e política, além de um resenha do livro de Edilece Couto, sobre homenagens a três santas, que colocam em cena o catolicismo popular baiano, fecham este volume.

Esta edição não teria sido possível sem o apoio da Fundação Pedro Calmon e do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. A essas instituições, nossos sinceros agradecimentos. E, como não podia deixar de ser, agradecemos também aos nossos autores e leitores, uma comunidade vibrante para cujo crescimento e articulação temos satisfação em contribuir.

Boa leitura!